

# humanitas

**Vol. XXXVII-XXXVIII**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XXXVII-XXXVIII



C O I M B R A

MCMLXXXV-MCMLXXXVI

comuns. É o caso, por exemplo, dos versos de Teive, citados por Davide Bigalli (p. 180), que se reportam ao mito de Faetonte, já referido por Erasmo na *Institutio principis christiani*. Neste passo, há uma reminiscência de Ovídio (*Met.* 2.1-332), poeta conhecido e apreciado por todos os humanistas, que o incluíam, embora expurgado, no programa dos seus estudos.

No que se refere à análise do pensamento político-pedagógico de Diogo de Teive e António de Guevara não poderemos ainda deixar de observar que não houve uma mínima alusão aos autores do Quattrocento italiano que, desde Pier Paolo Vergerio exerceram, entre nós, uma influência marcante. Referimo-nos sobretudo a um Francesco Patrizi que compôs obras da maior importância, *De institutione reipublicae* e *De regno et regis institutione*, em nove livros — para já não falar de Bartolomeo Platina, autor do *De optimo ciue* e do *De principe* ou ainda Giovanni Pontano com o seu *De principe* — obras estas que mereceram, a partir da segunda metade do séc. XV, numerosíssimas edições e traduções.

Os tratados de Francesco Patrizi contribuíram, sem dúvida, muito antes de Erasmo, para firmar na Europa, abandonada a temática das relações entre papado e império, os novos horizontes de uma política humanista, fundada na tradição platónico-aristotélica. De referir, por exemplo, as suas considerações sobre a obrigatoriedade do rei na observância das próprias leis que promulga e representa (vide PATRIZI, *De regno, e.g.* II.1 e VIII.6), a não esquecer ao lado das de Erasmo na *Institutio principis christiani*, que serviram de base à argumentação do autor (p. 77 e sqq.).

Enriquecida de um precioso índice onomástico, esta obra é um ensaio de história das ideias, que se impõe à reflexão dos estudiosos do humanismo ibérico. Se levanta ao leitor certas interrogações, inevitáveis num trabalho deste género, essas serão apenas um sinal do interesse que o próprio trabalho encerra.

NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES

**Aristófanes, Lisístrata.** Tradução e notas de MANUEL JOÃO GOMES.  
Lisboa, Círculo de Leitores, 1985, 140 pp.

Encontrar uma comédia de Aristófanes, dividida em seis actos, é, logo de entrada, o indício de adaptação de uma tradução moderna. Todavia, o diálogo é vivo e natural.

O tradutor (de que língua?), de vez em quando, dificulta a compreensão do texto, pelo menos para o leitor comum, «helenizando» a versão portuguesa. Assim, no v. 48, onde Aristófanes apresenta τα διαφανῆ χιτῶνια «as túnicas transparentes», lê-se na página 17 «túnicas cimbrias», sem explicar de que se trata. No v. 593, ἐν τοῖς θαλάμοις «nos quartos», vem traduzido por «nos gineceus» (página 68).

O próprio erotismo é falseado: no v. 60 ἐπὶ τῶν κελήτων não se refere à atitude passiva das mulheres, como se interpreta na página 18 *sub fine*, na fala de Cleo-

nice, mas exactamente ao contrário disso. E muitas outras notações são omitidas, como a referência expressa ao *ὄλισβος ὀκτωδάκτυλος* do verso 109, na página 24, que é reduzido a uma vaga alusão. E não creio que tal tenha acontecido por qualquer motivo de decoro, porque a fala de Lisístrata vem num português coloquial, assás explícito. Observações deste género poderiam repetir-se facilmente.

As notas culturais, pouco abundantes, também deixam a desejar. Assim, a Guerra do Peloponeso, embora entre gregos, não pode ser considerada uma «guerra civil» (página 5), pois se travou entre cidades-estados independentes.

A opinião de que «as mulheres são particularmente vituperadas nas tragédias de Eurípides» (p. 28 n. 1), embora de cunho aristofânico, não pode aceitar-se sem reservas.

Enfim, suponho que a maior atracção do livro, mesmo maior que esta versão indirecta de Aristófanes, são as ilustrações de Aubrey Beardsley, de que um motivo foi utilizado a cores, na capa, pelo ilustrador Manuel Dias.

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU, **A língua portuguesa, espaço de comunicação**. Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1984, 111 pp.

Um pequeno livro, de exposição fluente e agradável, embora pouco sistemático.

A Autora volta, infelizmente, a repetir erros de um seu volume anterior, nesta mesma colecção, de que me ocupei em *Colóquio/Letras* 58 (1980), p. 87. Referi-me então à identificação indevida, feita pela Doutora Buescu, de Vasco de Lucena, português que viveu na corte de Borgonha, com Vasco Fernandes de Lucena, alto funcionário da corte portuguesa, nos reinados de D. Afonso V, D. João II e primeiros anos do reinado de D. Manuel.

No presente volume a Autora escreve, na p. 12: «Em Portugal, os estudos gregos conhecem também uma fase de aprofundamento e ampliação: um dos nomes é do (*sic*) de Vasco Fernandes de Lucena, tradutor de Xenofonte, que dedicou a tradução de *Ciropedia* a Carlos o Temerário, filho de Isabel de Portugal (4)».

Certamente para confirmar a sua asserção, a nota (4) cita a tese de Danielle Gallet-Guerne, *Vasque de Lucène et la Cyropédie à la cour de Bourgogne (1470)*, Genève, Droz, 1975.

Creio que a Doutora Buescu não terá folheado sequer este livro, se alguma vez o viu. Com efeito, a folha de rosto traz o título completo que acrescenta às palavras citadas as seguintes: *Le traité de Xénophon mis en français d'après la version latine du Pogge*.

Portanto, Vasco de Lucena não traduziu do grego mas do latim; traduziu Poggio e não Xenofonte; para francês e não para português. Em conclusão, a versão de Lucena nada tem a ver com o estudo do Grego em Portugal.